

Investimentos em projetos em execução no ES crescem 30%

Cristina D'Avila

O mapa dos investimentos prováveis para o Espírito Santo até o ano de 2005, divulgado ontem pela Secretaria Estadual do Planejamento (Seplan), mostra um incremento de 30% da massa de recursos destinada aos projetos que se encontram em fase de execução. Os dados do segundo quadrimestre deste ano apontam que o montante pulou de R\$ 326,4 milhões para R\$ 423,4 milhões, conforme apurou o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (Ipes).

No quadro anterior publicado por este jornal, em 8 de junho último, os projetos que já estão deixando o papel representavam 2,4% do total de R\$ 13,6 bilhões. Agora, como a base financeira manteve-se inalterada, eles subiram para 3%.

Outra novidade no levantamento global foi o crescimento de 23,45% do número de empregos diretos esperados, que passou de 32 mil para 39,5 mil. Para o secretário de Planejamento, Guilherme Pereira, o número de postos de trabalho previstos pode até ser dobrado, considerando os empregos indiretos.

O Ipes argumentou que alguns projetos foram eliminados da relação, enquanto novos foram incluídos, motivo pelo qual o volume de recursos não sofreu modificação. Como as empresas

não têm seus nomes divulgados pelo governo, não é possível identificar as oscilações do levantamento num comparativo. O número de empregos aumentou, de acordo com o Ipes, em decorrência de maior precisão dos dados em relação à primeira apuração.

O maior volume de recursos (65% do total, equivalentes a R\$ 8,8 bilhões) representa os projetos em estágio de maturação, enquadrados pela estatística oficial na categoria de "decisão". Na opinião de Pereira, a probabilidade destes investimentos não saírem do papel é "muito baixa".

"As incertezas" - explicou ele - "só existem em relação ao time (previsão de execução das empresas) e fatores de ordem conjuntural, como uma flutuação cambial enorme que venha inviabilizar o projeto ou o impacto do aumento dos preços do petróleo".

Segundo o secretário, as condições de infra-estrutura local, o fornecimento de matéria-prima, a logística de escoamento da produção para o mercado externo são aspectos mais determinantes do que os incentivos fiscais oferecidos pelos estados. "Incentivo todo mundo dá. O que pesa é a infra-estrutura local e o ambiente de credibilidade do estado, que está saindo de uma crise financeira".

(continua na página 3)